



05 DE DEZEMBRO DE 2016

Segunda-feira

- INFORMATIVO DE BUENOS AIRES
- MEDIDAS PARA EMPRESAS DEVEM SAIR EM JANEIRO
- COLABORADORES DA ELECTROLUX COMPARTILHAM APRENDIZADO COM COLEGAS
- EMPRESAS RENEGOCIAM DÍVIDA PELA SEGUNDA VEZ
- METADE DAS EMPRESAS NÃO TEM CAIXA PARA PAGAR DÍVIDAS, APONTA ESTUDO
- ATIVIDADE INDUSTRIAL ACUMULA QUEDA DE 8,4%
- ANTES DE RECOMEÇAR, CADA EQUÍVOCO ANTERIOR DEVE SER CONHECIDO A FUNDO
- EMPRESÁRIOS QUE FECHARAM CONTAM O QUE APRENDERAM COM OS ERROS
- TEMER SE REÚNE COM MEIRELLES
- GOVERNO LANÇA REFORMA DA PREVIDÊNCIA NESTA SEGUNDA-FEIRA
- REFORMA DA PREVIDÊNCIA PODE GERAR ECONOMIA DE R\$ 678 BI, DIZ GOVERNO
- DEVOLUÇÃO DE R\$ 100 BI REDUZIRÁ CAPACIDADE DE EMPRÉSTIMO DO BNDES, DIZ FITCH
- WALL STREET TEME TURBULÊNCIA MAIOR NO BRASIL
- RECESSÃO É FORTE PARA ATÉ ECONOMIA SUBTERRÂNEA
- SERRA: POLÍTICA DO GOVERNO É FAZER CONCESSÃO COMERCIAL SÓ COM RECIPROCIDADE
- NISSAN TESTA NO PARANÁ CARRO ELÉTRICO MOVIDO A HIDROGÊNIO E ETANOL
- APPLE ADMITE PELA PRIMEIRA VEZ PLANO PARA DESENVOLVER CARROS AUTOGUIADOS
- BRASIL NÃO ENCONTRA SAÍDA PARA A RECESSÃO
- SINDICATOS SUSPENDEM NEGOCIAÇÃO COM PETROBRAS CONTRA REDUÇÃO DA JORNADA
- SINDICATO NEGOCIA NOVAS LINHAS DE USINAGEM NA GM DE SJC
- GOVERNADOR DO PARANÁ ANUNCIA ADEÇÃO AO PACTO NACIONAL DE AJUSTE FISCAL
- GOVERNO ESTUDA CARDÁPIO DE MEDIDAS MICROECONÔMICAS PARA ESTIMULAR PIB
- BRASILEIRO PODE EMPOBRECER POR 4 ANOS CONSECUTIVOS PELA PRIMEIRA VEZ

- 'RISCO DE ECONOMIA PERMANECER ESTAGNADA É VISÍVEL A OLHO NU', DIZ PRESIDENTE DO IBGE
- PEDIDOS DE FALÊNCIA CRECEM 11% EM NOVEMBRO, DIZ BOA VISTA SCPC
- GASOLINA CAI, MAS SEGUE ACIMA DA SEMANA DO 1º CORTE DA PETROBRAS
- RANKING DE SUVs DEFINE PRINCIPAIS POSIÇÕES
- GENERAL MOTORS PODE PERDER ATÉ US\$ 9 MIL EM CADA BOLT VENDIDO NOS EUA
- FIAT LANÇA VERSÃO ATTRACTIVE 1.0 DO GRAND SIENA
- GM PODE AMPLIAR FÁBRICA DE MOTORES EM SC
- FRANÇA PODE PROIBIR CARROS A DIESEL DA RENAULT E DA VOLKSWAGEN
- CONFIANÇA DE SERVIÇOS DO BRASIL TEM EM NOVEMBRO NÍVEL MAIS BAIXO EM 3 MESES, MOSTRA PMI
- FUTUROS DO AÇO E MINÉRIO DE FERRO FECHAM ABAIXO DAS MÁXIMAS NA CHINA

CÂMBIO EM 05/12/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,452	3,453
Euro	3,704	3,705

Fonte: BACEN

Informativo de Buenos Aires

05/12/2016 – CNI

O **Informativo de Buenos Aires**, edição de novembro de 2016, está disponível. Com o objetivo de informar o setor privado brasileiro sobre os últimos acontecimentos envolvendo o governo argentino e as relações bilaterais com o Brasil, seguem os destaques desta edição:

- Nova modificação no regime de incentivo a grandes projetos de investimento: aumento da concorrência para bens de capital no mercado argentino;
- Argentina busca reingressar no SGP dos EUA
- Argentina inicia plano para adoção de certificação digital no comércio com o Brasil;
- Argentina regulamenta controles do acordo automotivo com Brasil e
- Abertura de investigação por suposto dumping – Brasil.

Medidas para empresas devem sair em janeiro

05/12/2016 – Tribuna PR

Sob pressão por causa da dificuldade na retomada da atividade econômica, a ordem no Ministério da Fazenda é rejeitar soluções fáceis de “pronto-socorro” para impulsionar a economia. Esse tipo de estratégia já foi utilizado no passado recente e não resolveu a crise do País, dizem fontes da equipe econômica.

O **Estado** apurou que medidas para a retomada do crescimento vão envolver soluções para a recuperação judicial e a negociação das dívidas das empresas com os bancos. Elas, porém, só começarão a ser anunciadas a partir de janeiro.

A equipe econômica considera fundamental a agenda de crescimento, mas é importante que ela venha somente em seguida à consolidação fiscal, depois da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do teto do gasto e o envio da proposta de reforma da Previdência ao Congresso.

A avaliação da Fazenda é que o governo não pode repetir “práticas” de malabarismos que funcionam apenas como uma cortina de fumaça para desviar a atenção.

PIB. A pressão sobre o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, cresceu após o anúncio do recuo do PIB no terceiro trimestre, dando munção, sobretudo, para aliados do PSDB reclamarem por mais espaço na condução da economia.

Em reação, a Fazenda avalia uma série de medidas para janeiro. O foco é dar condições melhores ao processo de recuperação judicial para que as companhias possam se recuperar mais rápido.

Não necessariamente esse processo passará pela liberação dos depósitos compulsórios – recursos que os bancos são obrigados a fazer no Banco Central. Mas serão revistos procedimentos judiciais para permitir que as empresas saiam mais rapidamente da crise.

A Fazenda considera “normal” o clima de agitação e de “barata voa” em torno de propostas de medidas de fora do governo que estão surgindo, e atribuiu esse quadro não só à dimensão da crise, mas também ao clima pesado em torno das delações da Odebrecht, que pode atingir um grande número de políticos.

A crise financeira nos Estados amplifica o problema. “Essa crise é muito profunda, afetou o crédito das empresas e das pessoas e demora tempo para ser resolvida”, disse um integrante da equipe econômica.

Para dar uma resposta à “fritura” do ministro da Fazenda, o presidente Michel Temer fará gestos ao mercado para reforçar sua confiança na equipe econômica. A primeira ação neste sentido será a efetivação de Dyogo Oliveira no Planejamento. Ele está interino no cargo desde que o senador Romero Jucá (PMDB-RR) saiu do governo, em maio.

O aceno, na avaliação de interlocutores do presidente, serviria para “blindar a equipe econômica” e demonstrar que Temer não quer fazer alterações de curso neste momento. A efetivação de Dyogo, porém, ainda não tem data definida e nem formato para acontecer.

05/12/2016 – Gazeta do Povo

Com sede em Curitiba, empresa ficou em 4º lugar entre as grandes no ranking das 35 Melhores para Trabalhar no Paraná



As ações da Electrolux voltadas para desenvolver a qualidade de vida são alinhadas em todas as unidades do país e da América Latina. Neste ano, quando o orçamento apertou por conta da crise, não foi difícil para a empresa encontrar soluções vindas dos próprios colaboradores.

A primeira iniciativa aconteceu com o programa “Evoluir”, criado para promover o desenvolvimento da área administrativa. Sem estrutura para atender a todos, a empresa incentivou os colaboradores mais experientes a compartilhar aprendizados com os colegas.

“Percebemos, então, que a fonte de conhecimento estava aqui dentro”, explica a gerente corporativa de RH, Tania Maranhã. A partir daí iniciou-se um ciclo virtuoso com os colaboradores cada vez mais envolvidos em realizar oficinas sobre ferramentas, aspectos técnicos e de gestão.

A Electrolux também criou neste ano uma premiação para quem aplicasse o conceito de quatro pilares – colaboração, engajamento, meta e transparência – em projetos do seu dia a dia.

A adesão surpreendeu a gerente de RH. “Pessoas de todos os setores apresentaram projetos, falando do conceito, mostrando que aprenderam. Foi algo incorporado na rotina”, diz.

A companhia apoia seu modelo de gestão de pessoas no comprometimento. Tania afirma que é esse comprometimento que garante a qualidade do produto Electrolux que será entregue aos clientes.

Escolaridade

Ensino médio ou menos	5.173
Superior completo	1.685
Pós graduação	499

Faturamento	R\$ 6,7 bilhões	Presidente	Ruy Roberto Hirschheimer
Ramo de atuação	Indústria de eletrodomésticos	Tempo de empresa	18 anos
Ano de fundação	1926	Tempo no cargo	18 anos

FUNCIONÁRIOS		BENEFÍCIOS	
Número de empregados	7.357	Bolsa de estudos	✓
Homens	5.552	Linguas	✓
Mulheres	1.805	Graduação ou pós	✓
Cargos de chefia	267	Ensino técnico	✓
Homens chefes	232	Programa de desenvolvimento	✓
Mulheres Chefes	35	Mentoring	✓
		Coaching	✓
		Universidade interna	✗
		Outro	✗
FAIXA ETÁRIA			
Abaixo de 25 anos	871		
Entre 26 e 34 anos	2.988		
Entre 35 e 44 anos	2.397		
Acima de 45 anos	1.101		

Empresas renegociam dívida pela segunda vez

05/12/2016 – Tribuna PR

No primeiro ano da Lava Jato, a capacidade financeira das empresas envolvidas na operação foi afetada e o volume de dívidas reestruturadas pelas empresas brasileiras chegou a R\$ 100 bilhões. Dois anos depois, com a economia em recessão, crise política atrás de crise política, esse número já está 5 vezes maior e bateu a casa dos R\$ 500 bilhões.

E com um agravante: as empresas que renegociaram seus débitos nesse período, porque não tinham dinheiro para honrar os pagamentos, continuam sem caixa e estão voltando a bater na porta de seus credores para renegociar o que já tinha sido renegociado.

Os dados são da consultoria Alvarez & Marsal e levam em conta as dívidas com bancos, fornecedores e com a emissão de títulos, como debêntures e bônus externos. Dos R\$ 500 bilhões, cerca de R\$ 180 bilhões são de dívidas que estão sendo reestruturadas no âmbito de uma recuperação judicial. O restante, R\$ 320 bilhões, foi ou está sendo renegociado diretamente com os credores.

“A realidade é que não estamos vendo nenhuma reação da economia e isso faz com que as empresas demorem a recuperar sua capacidade de caixa”, diz o presidente da Alvarez & Marsal, Marcelo Gomes. “E a delação da Odebrecht pode contaminar o governo e a política de forma bastante forte.”

Neste cenário traçado por Gomes, que ainda inclui um Natal não muito promissor para o varejo, é que as empresas começam a buscar novas rodadas de negociação. É a chamada “reestruturação 2.0”. Já há até casos de empresas em “reestruturação 3.0” – em apenas 18 meses, entraram em três renegociações.

Um dos casos é da empresa Log In, dona do Terminal Vila Velha, no Espírito Santo. A empresa alongou dívidas com o BNDES em 2015, renegociou financiamentos em maio

último e, segundo fontes, já está em nova renegociação. Procurada, não quis comentar.

Walter Malieni, vice-presidente do Banco do Brasil, diz que o problema é que a crise está sendo muito longa, dificultando a vida principalmente das empresas que têm faturamento de até R\$ 300 milhões.

Para elas, a situação é mais crítica, porque têm pouca alternativa de financiamento, menor capacidade de capital e também menor capacidade de entrar em um processo de fusão ou aquisição.

A situação crítica fez até com que os bancos mudassem a forma de renegociar dívidas com as empresas de médio porte. Antes, faziam unilateralmente. Agora, sentam com os outros credores da companhia, em um processo muito parecido com as reestruturações de dívida de grandes empresas.

Para a empresa, a vantagem de uma negociação que reúna todos os credores é que aumenta a chance de conseguir prazo de carência do pagamento das amortizações. Nas grandes renegociações, a carência é comum. Uma das mais emblemáticas foi a da Odebrecht Agroindustrial.

A empresa tinha R\$ 13 bilhões em dívidas, fluxo de caixa negativo e, portanto, uma dívida impagável. Na reestruturação, conseguiu cinco anos de carência para começar a pagar as parcelas principais, porque os bancos consideraram que esse era o tamanho ideal do ciclo para que a empresa volte a gerar caixa. Mas, em contrapartida, o grupo teve de dar uma de suas empresas mais bem-sucedidas em garantia aos bancos: a Braskem.

A exigência de novas garantias e aval dos sócios é, na maioria dos casos, condição para o início de uma renegociação. Isso significa que, ao entrar em uma nova rodada, as empresas acabam tendo de fazer novas concessões, mais traumáticas. Quando chegam nesta fase, os bancos começam a exigir mudanças radicais, como a troca de comando, de estratégia de negócio e também de processos operacionais, segundo o advogado Pedro Bianchi, do escritório Felsberg, especializado em reestruturações.

Metade das empresas não tem caixa para pagar dívidas, aponta estudo

05/12/2016 – Folha de S. Paulo

A prolongada crise econômica que o país atravessa está minando os esforços feitos pelas empresas para reduzir seu endividamento, o que tem contribuído para adiar investimentos e a recuperação da atividade econômica.

Uma análise dos balanços apresentados por 256 empresas com resultados no terceiro trimestre mostra que elas conseguiram algum alívio nos últimos meses com a valorização do real em relação ao dólar, mas continuam operando com níveis elevados de endividamento e têm dificuldades para retomar o fôlego.

De acordo com o estudo, elaborado pelo Cemec (Centro de Estudos do Instituto Ibmec), 48,7% das empresas não conseguiram gerar caixa suficiente para cobrir suas despesas financeiras no período. No trimestre anterior, 51,7% estavam nessa situação.

Em 2013, ou seja, antes do início da atual recessão econômica, 29,6% das empresas não conseguiram faturar o suficiente para pagar os bancos. No ano passado, a situação piorou com o aprofundamento da crise, a alta dos juros e a disparada do dólar.

Dados compilados pela Económica mostram que as receitas operacionais das companhias de capital aberto não registraram crescimento nos últimos dez trimestres. Assim como a análise do Cemec, o levantamento exclui empresas do setor financeiro.

"O endividamento das empresas está sendo afetado pelas variáveis macroeconômicas", diz o economista Carlos Antonio Rocca, diretor do Cemec. "A queda de vendas como reflexo da crise econômica levou as empresas a ter maior dificuldade para arcar com o custo de suas dívidas."

O número de empresas com níveis elevados de endividamento aumentou. Segundo a análise do Cemec, 42,7% das companhias abertas levariam mais de cinco anos para amortizar a dívida líquida com a geração de caixa alcançada no último trimestre.

No curto prazo, o quadro é ainda pior. De acordo com a análise, 52,2% das empresas não conseguiram nesse trimestre recursos suficientes para honrar os compromissos que venceram no período.

As obrigações de curto prazo representavam cerca de 22% da dívida das companhias abertas no terceiro trimestre, segundo o Cemec. Os dados não incluem os números da Petrobras, porque sua dívida é muito alta e poderia distorcer o resultado geral.

PIOR DA HISTÓRIA

Estatísticas divulgadas na semana passada pelo IBGE mostraram que a economia brasileira voltou a se contrair no terceiro trimestre. Se as previsões dos economistas se confirmarem e o resultado do último trimestre do ano também for negativo, a atual recessão deverá entrar para os livros de economia como a pior da história recente do país.

O processo de redução do endividamento das empresas é lento. A dívida total das companhias analisadas pelo Cemec era equivalente a 4 vezes sua geração de caixa no início do ano e representava 3,2 vezes no último trimestre.

"Está havendo um lento processo de desalavancagem, em parte por causa do câmbio", diz Rocca. "As empresas também fizeram ajustes, renegociaram dívidas, reduziram custos e venderam ativos."

Para Tereza Fernandez, da consultoria MB Associados, o endividamento das empresas continuará recuando nos próximos trimestres. "Com inflação e juros caindo, o poder de compra dos consumidores pode melhorar um pouco nos próximos meses."

Atividade industrial acumula queda de 8,4%

05/12/2016 – DCI

A queda nas vendas de eletrodomésticos, veículos e equipamentos industriais nos últimos 12 meses levou a indústria a acumular um recuo de 8,4% no período, mostra o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A fraqueza desses ramos de produção puxou a baixa de 19,2% em bens de consumo duráveis e de 17,4% em bens de capital no período, respectivamente. Uma confirmação clara de que empresários não estão investindo e que as famílias não estão gastando, dizem especialistas.

Na avaliação do gerente da indústria do IBGE, André Macedo, o cenário está diretamente relacionado à falta de perspectivas por parte dos empresários e ao fraco desempenho do mercado interno.

"Isso demonstra o adiamento das decisões de investimentos na indústria e a falta de confiança das famílias para consumir mais", afirma ele.

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) divulgada na sexta-feira (2) pelo IBGE, a indústria brasileira produziu 1,1% menos na passagem de setembro para outubro - considerando a sazonalidade do período. Quando comparado ao décimo mês de 2015, a atividade indústria teve recuo de 7,3%. Foi o pior mês de outubro em três anos.

A piora do indicador geral reforça que o setor produtivo não deve apresentar uma inversão de rumo no curto prazo, avalia o economista André Macedo. "Há um predomínio de resultados negativos em termos de atividades e categorias econômicas", destacou ele.

O levantamento do IBGE aponta ainda que dos 24 ramos pesquisados, 20 registraram queda na produção em outubro frente setembro.

"A indústria está bem distante do patamar máximo, ela vem perdendo dinamismo e não sabemos onde isso vai parar. O setor industrial carece de estímulos", destacou Macedo.

A economista-chefe da seguradora Coface, Patrícia Krause, acrescenta que ao contrário das expectativas, a indústria não foi capaz de puxar a recuperação econômica. "A produção sobe em um mês, mas cai no seguinte e uma coisa não compensa a outra", lembrou ela. Em setembro, a atividade industrial teve alta de 0,5% ante o mês anterior.

Antes de recomeçar, cada equívoco anterior deve ser conhecido a fundo

05/12/2016 – Folha de S. Paulo



Aprender com os erros é fundamental para dar a volta por cima, mas é preciso detectar de forma clara os passos equivocados e procurar soluções.

"Tudo vale como experiência. Num caso negativo, é importante que o empresário saia do 'achismo' para os motivos do fracasso e vá atrás de 'feedbacks'", diz Enio Pinto, do Sebrae.

Ele elenca três atores que podem ajudar a esclarecer as defasagens: clientes, concorrentes e fornecedores. "No caso de um bar, quem fornece a bebida interage com uma série de empreendimentos similares e tem amplo conhecimento do mercado", exemplifica.

O segundo passo é procurar formas de corrigir o defeito: a principal é se capacitar em gestão. Caso o empreendedor não leve jeito com a função procurar um sócio habilitado.

O professor da FGV, Marcelo Aidar, acrescenta que é essencial fazer pesquisas de mercado ou testar o produto com conhecidos. "É preciso traçar cenários até mais pessimistas para evitar grandes riscos", diz.

Outra dica importante é abrir o negócio da maneira maneira enxuta possível. "A operação deve ter custo fixo baixo. Isso pode significar contratar pouca gente ou trabalhar de casa ou num coworking, dependendo do caso", diz.

Venâncio seguiu a cartilha antes de investir na Preta Pretinha. Ela diz ter consultado o Sebrae para entender onde errou com o café, feito pesquisas porta a porta e em feiras para testar a aceitação de seu produto e identificar o seu público-alvo e feito um plano de negócios. O comércio dela, hoje com centenas de clientes, começou num espaço de 15 metros quadrados.

"Não vale a pena gastar dinheiro para reformar um imóvel que não é seu", comenta. A Lei de Recuperação Judicial, de 2005, é uma maneira de evitar a falência, mas segundo Luiz Rabi, da Serasa, a sua taxa de sucesso ainda é baixa —pesquisa do instituto mostrou que a cada quatro casos, uma empresa consegue se reerguer.

O dispositivo consiste em apresentar um plano de como gerar receita e negociar as dívidas com credores —que, naturalmente, aceitarão algum deságio.

"O problema é que as empresas demoram para acionar esse mecanismo. Quando o fazem, estão em situação pré-falimentar", conclui.

O recurso, contudo, só é viável a empresas com no mínimo dois anos de atividade, afirma Bruno Boris, professor do Mackenzie. Caso ele seja indeferido, a falência da empresa é decretada. "Nesses casos, o empreendedor fica impossibilitado por cinco anos de exercer atividade empresária."

Empresários que fecharam contam o que aprenderam com os erros

05/12/2016 – Folha de S. Paulo

Se o momento econômico não é bom para os negócios, as micro e pequenas empresas são as que mais sofrem com isso.

Os dados demonstram: segundo a Serasa Experian, os pedidos de recuperação judicial bateram recorde histórico de janeiro a outubro (1.600) em relação ao período equivalente de 2015. A alta é puxada pelas empresas de menor porte (990), com alta de 91,5% nos pedidos.

"Há um impacto duplo na recessão: a queda na receita e o aumento dos custos", afirma Luiz Rabi, economista da Serasa Experian.

Por mais que a diminuição no caixa e a restrição ao crédito imponham desafios, a razão central da implosão das micro e pequenas empresas é mais antiga.

A taxa histórica de mortalidade nos dois primeiros anos beira os 30%, segundo Enio Pinto, gerente nacional de atendimento do Sebrae, e 2016 deve fechar acima desse índice.

"A principal razão é o amadorismo. São pessoas que têm afinidade com a operação do negócio, mas não entendem de administração", afirma o especialista. "É como querer ser médico sem ter estudado medicina."

O coordenador-adjunto do Centro de Empreendedorismo da FGV (Fundação Getúlio Vargas), Marcelo Aidar, destaca outro erro capital: subestimar o mercado, achando que certo produto ou serviço fará sucesso na região, ou não atingir o público ou o tíquete médio previstos.

"Não há dinheiro ou recursos que supram a falta de clientes", atesta.

A empresária Joyce Venâncio, hoje dona da marca de bonecas artesanais Preta Pretinha, na Vila Madalena (zona oeste de São Paulo), aprendeu isso na marra.

Em 1998, ela abriu um café com duas irmãs no Jardim Bonfiglioli (também na zona oeste), que não passou de um ano e meio.

"Hoje eu vejo como os empreendedores ficam deslumbrados. O Fran's Café estava bombando naquela época e fizemos um café requintado, mas sem nenhum planejamento", afirma.

Resultado: "Os moradores do bairro esperavam até o final de semana para se vestir melhor e tomar um cafezinho", lembra.

"Me descapitalizei bastante, tive de voltar para o mercado de trabalho."

Já o empresário João Gilberto Sanzovo, 32, deixou passar despercebido outro detalhe. Recém-formados em engenharia, em 2009, ele e mais dois amigos da faculdade transformaram a vontade de empreender na AJK Tech, uma startup de dispositivos de preços eletrônicos para gôndolas de supermercado.

Depois de equipar uma loja inteira com a tecnologia, em Jaú (interior de São Paulo) e atrair a atenção de clientes em uma feira do setor, apareceu o gargalo.

A empresa parceira que fornecia o display, na Itália, não conseguia enviar as remessas seguintes solicitadas. Pior: os equipamentos já instalados apresentaram defeito e deixavam os números deformados na tela.

"Aprendi algo básico para quem estuda marketing. Não se pode depender de um fornecedor só", afirma Sanzovo.

Hoje sócio de três startups, ele aplicou o aprendizado na Link Monitoramento, empresa de rastreamento de veículos, para a qual mais se dedica. "Faço um balanço entre fornecedores do hardware, mão de obra terceirizada e operadoras de celular conforme a região e a demanda", diz o empresário.

Temer se reúne com Meirelles

05/12/2016 – Tribuna PR

Em meio à tentativa de aliados do governo de desgastar a equipe econômica, o presidente Michel Temer voltou neste domingo a se reunir com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles no Palácio do Jaburu.

Segundo fontes palacianas, Temer tem se reunido todos os dias com o ministro Meirelles e estão perfeitamente em harmonia. "Há uma confiança plena no ministro Meirelles", disse um auxiliar do presidente.

Às vésperas do envio da proposta de reforma previdenciária, a estratégia do governo agora é avançar nas reformas e concentrar na elaboração de medidas para estimular o crescimento, que inclui medidas de renegociação das dívidas das empresas, e uma agenda microeconômica de melhoria do ambiente de negócios. Também estão sendo elaboradas medidas voltadas micro e pequenas empresas.

Aliados do presidente defendem a liberação dos depósitos compulsórios que os bancos são obrigados a fazer junto ao Banco Central para liberar espaço para as instituições financeiras renegociarem as dívidas com as empresas.

Essa medida tem resistência do BC. A pressão contra Meirelles cresceu depois da divulgação do resultado negativo do Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre,

que registrou queda de 0,8%, a sétima consecutiva, aprofundando a recessão. A produção industrial, também divulgado pelo IBGE na semana passada, registrou nova queda.

Lideranças do PSDB e caciques do PMDB levaram, ao presidente, preocupação com a demora da equipe econômica para adotar medidas voltadas para a retomada. Para o Palácio do Planalto, a agenda econômica e a votação da PEC do teto do gasto não serão afetadas pelas manifestações contra o Congresso.

Governo lança reforma da Previdência nesta segunda-feira

05/12/2016 – Tribuna PR

O presidente Michel Temer apresenta nesta segunda-feira, 5, aos líderes da base governista no Congresso e representantes das centrais sindicais uma ampla proposta de Reforma da Previdência.

O Palácio do Planalto avalia que um texto mais robusto, envolvendo mudanças nas regras de aposentadoria, concessão de benefícios sociais e pensões, dará um sinal importante para o mercado financeiro neste momento de aumento das incertezas e piora do cenário econômico.

Ao mesmo tempo, garante maior margem de negociação no Congresso da proposta, considerada mais polêmica e de difícil tramitação do que a PEC do teto de gastos.

Um ministro do governo e um importante líder partidário avaliam a possibilidade de a comissão especial começar a discutir a proposta já em janeiro, mês em que os parlamentares estão tradicionalmente de férias, segundo apurou o Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Essa estratégia poderia ajudar a agilizar a tramitação da reforma no ano que vem, já que o regimento prevê a realização de 40 sessões na comissão especial para debater a medida.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou ao Broadcast que não cabe a ele convocar o Congresso. "Mas, se acontecer, defendo que o Congresso tenha uma pauta focada nos temas econômicos apenas", disse. Contudo, o líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE), não crê nessa possibilidade: "Não acredito que nesse clima que está aí isso ocorra".

Trabalhista

Paralelamente, Temer e a equipe econômica querem acelerar mudanças nas regras trabalhistas de forma fatiada, podendo inclusive lançar mão da edição de Medida Provisória (MP), segundo interlocutores do Palácio.

Avançar nessas medidas é uma resposta aos empresários, que, com a retomada em marcha lenta do PIB, intensificaram a pressão por medidas econômicas, entres elas, a flexibilização das relações de trabalho que permitam a possibilidade de o acordado prevalecer sobre o legislado.

A proposta de Reforma da Previdência foi fechada por Temer na sexta-feira, 2, mas detalhes da campanha foram acertados no domingo (4). As peças publicitárias começam a ser veiculadas imediatamente após o envio do texto ao Congresso, o que deve ocorrer ao longo desta semana. Além disso, o governo prepara uma espécie de cartilha para orientar os congressistas sobre a importância das mudanças.

O mote da campanha será "Previdência. Reformar hoje para garantir o amanhã". O secretário executivo do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), Moreira Franco, ficou responsável pela parte de comunicação, enquanto o ministro-chefe da Casa Civil,

Eliseu Padilha, coordenou a discussão técnica. Fontes do governo informaram que assessores estão debruçados sobre a tarefa de fazer um mapeamento da posição de cada bancada sobre as principais propostas da reforma.

Reforma da Previdência pode gerar economia de R\$ 678 bi, diz governo

05/12/2016 – Folha de S.Paulo



Posto de atendimento do INSS em São Paulo

A proposta de reforma da Previdência que a equipe do presidente Michel Temer promete enviar ao Congresso nesta semana pode gerar economia de R\$ 678 bilhões em dez anos, segundo cálculo do governo obtido pela **Folha**.

O valor equivale a 22 anos de orçamento do programa Bolsa Família.

Nesta segunda-feira (5), Temer apresentará a proposta a centrais sindicais e a líderes do Congresso. Segundo interlocutores do presidente, a ideia é enviar o texto ao Legislativo nesta terça-feira (6). Também irá ao ar uma campanha sobre o tema.

Com o aumento da expectativa de vida e o crescimento dos gastos com Previdência, o governo quer endurecer as regras de acesso à aposentadoria, tanto para os servidores quanto para os trabalhadores da iniciativa privada.

Um dos objetivos é aumentar o tempo dos brasileiros no mercado de trabalho.

Haverá uma idade mínima de 65 anos para aposentadoria e um tempo mínimo de contribuição de 25 anos. Para ter acesso ao valor completo, de acordo com a nova regra de cálculo, será necessário contribuir 50 anos.

As novas regras devem valer para homens com menos de 50 anos de idade e mulheres com menos de 45. Os mais velhos teriam uma regra especial de transição para o novo regime, de 15 anos para os homens e 20 para mulheres.

Quem reunir requisitos para se aposentar até a aprovação da reforma, mesmo que não tenha solicitado o benefício, não será atingido.

Os brasileiros hoje podem se aposentar por idade -65 anos para homens e 60 para mulheres, além de 15 de contribuição- ou por tempo de contribuição. Nesse caso, é necessário completar 35 anos de contribuição (homens) ou 30 (mulheres).

BENEFÍCIOS

Para calcular a economia de R\$ 678 bilhões em dez anos com os gastos previdenciários, o governo comparou a expectativa de despesa sem a reforma e a projeção de gasto após a aprovação das novas regras.

O cálculo leva em conta efeito de mudanças nas regras de acesso, de cálculo e de pagamento de pensão. Também considera que o BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e portadores de deficiência de famílias pobres, será desvinculado do salário mínimo e passará a ter idade mínima de 70 anos, em vez dos atuais 65.

A desvinculação desse benefício do salário mínimo é um dos pontos que devem gerar polêmica. Segundo um integrante do governo, já há uma avaliação de que haverá resistência no Congresso e esse item pode ser derrubado.

O governo calcula que a despesa com o pagamento de benefícios previdenciários do INSS e com o BPC, que hoje está em torno de 9% do PIB, deva se manter em um patamar inferior a 10% em dez anos, se a reforma for aprovada. Sem mudança nas regras de aposentadoria, esse gasto ficaria em torno de 11%.

Em 2060, sem mudança nas regras, o patamar dessas despesas seria de 20,4%. Com a reforma, de acordo com a projeção oficial, a expectativa de gasto cai para 13,4%.

INTERNET

Diante da impopularidade do tema, o governo investiu em uma campanha para explicar à população a necessidade da reforma. A veiculação deve começar nesta segunda, com o slogan "Previdência: reformar hoje para garantir o amanhã".

No fim de semana, o Planalto divulgou vídeos com depoimento de especialistas que defendem reforma na Previdência. "Se continuar o regime atual, daqui a 10, 15 anos, os aposentados não vão receber os seus recursos", diz o economista e colunista da **Folha** Marcos Lisboa em um dos vídeos.

A reação dos internautas no perfil do Portal Brasil no Facebook, no entanto, foi negativa. "Ridículo. Enxugar a Previdência ou aumentar ainda mais os anos de contribuição não é a solução. A solução é racionalizar os gastos do governo", diz um deles.

FORÇAS ARMADAS

Os militares ficarão de fora da proposta de emenda à Constituição da reforma da Previdência. Até sexta (2), havia a possibilidade de deixar fora da reforma também policiais militares e bombeiros.

Na última reunião sobre o tema no Planalto, foi discutido o fim da isenção para o agronegócio no pagamento de contribuição previdenciária sobre a receita com exportação -o que deve gerar reação da bancada ruralista.

-

Pontos da Reforma

IDADE MÍNIMA

Governo vai fixar idade mínima de 65 anos para a aposentadoria de homens e mulheres

TRANSIÇÃO

A proposta do governo prevê uma regra de transição para homens com mais de 50 anos de idade e mulheres com 45 ou mais que ainda não tiverem condições de se aposentar no momento da aprovação as mudanças

PEDÁGIO

Quem entrar na regra de transição terá de trabalhar 50% mais tempo para poder se aposentar pelas regras atuais

SEM TRANSIÇÃO

Homens com menos de 50 anos e mulheres com menos de 45 só poderão se aposentar de acordo com as novas regras

CONTRIBUIÇÃO

O tempo mínimo de contribuição com a Previdência exigido para aposentadoria deve subir de 15 para 25 anos

FÓRMULA DE CÁLCULO

O benefício deve ser equivalente a 75% da média salarial, mais um ponto porcentual por ano de contribuição adicional além do mínimo exigido

50 ANOS

de contribuição serão necessários para obter o benefício integral com as novas regras propostas

PENSÃO POR MORTE

O governo deve proibir o acúmulo de pensão por morte e aposentadoria

SALÁRIO MÍNIMO

A proposta mantém o piso das aposentadorias vinculado ao mínimo, mas benefícios assistenciais como o concedido a idosos e deficientes poderão ser desvinculados

Os Números do Rombo

R\$ 149,2 bi - Projeção para o deficit do INSS em 2016

R\$ 181,2 bi - É a projeção para o deficit do INSS em 2017

R\$ 35,3 bi - Projeção de deficit para o regime dos servidores civis da União para 2016

R\$ 35,1 bi - É a estimativa de deficit para o regime dos servidores civis da União para 2017

Devolução de R\$ 100 bi reduzirá capacidade de empréstimo do BNDES, diz Fitch

05/12/2016 – Tribuna PR

A agência de classificação de risco Fitch divulgou nota na qual comenta a devolução de R\$ 100 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aos cofres do Tesouro Nacional. Segundo a agência, isso reduzirá a capacidade de empréstimo do banco e contribuirá para o declínio da fatia de mercado do BNDES no mais longo prazo.

A Fitch diz que, excluindo-se capital híbrido, os Fundos do Tesouro totalizaram 61% do financiamento do BNDES, enquanto o Fundo de Assistência aos Trabalhadores representava mais 28% do total, no fim de junho.

O Tribunal de Contas da União (TCU) deu aval para o plano na semana passada e a agência lembra que declarações do comando do BNDES indicam que essa devolução deve ser acelerada para ocorrer antes do fim de 2016, quando o plano inicial previa pagamentos ao longo de vários anos.

A agência diz que o pagamento é de magnitude suficiente para afetar estratégia de negócios do BNDES, "em linha com a expectativa da Fitch de que a fatia de mercado decline no mais longo prazo". A Fitch diz que isso deve ocorrer particularmente porque não espera que o Tesouro conceda novos financiamentos ao banco com taxas preferenciais.

Com isso, o BNDES deve enfatizar mais "certos setores prioritários", segundo a agência, que podem incluir infraestrutura, energia renovável, administração pública, projetos ambientais, investimentos sociais corporativos e micro, pequenas e médias empresas.

Isso também deve significar um papel maior para o setor privado no financiamento corporativo e de projetos no longo prazo, o que também pode provocar uma elevação nas taxas de empréstimo no longo prazo, diz a agência.

"Isso pode ser um desafio para o governo, a menos que fontes alternativas de financiamento sejam encontradas, já que a demanda das companhias por

empréstimos deve ser afetadas com o declínio dos empréstimos subsidiados, exacerbando os gargalos da infraestrutura no País”, adverte a agência.

Wall Street teme turbulência maior no Brasil

05/12/2016 – Tribuna PR

O Brasil precisa voltar a crescer para que o ambiente doméstico melhore, mas a avaliação de gestores e investidores em Nova York é que 2017 pode ser um novo ano de decepções na economia, com o risco de mais turbulência política e ainda o aumento da incerteza no cenário externo com o governo de Donald Trump nos EUA.

As previsões de expansão para o País em 2017 começaram a ser revisadas para baixo e a manutenção da estimativa de algum crescimento vai depender dos efeitos da delação da Odebrecht, segundo gestores e economistas que participaram da reunião anual em Nova York, na quinta-feira, da EMTA, associação de casas financeiras que investem em mercados emergentes.

Os executivos destacam que a política de Trump pode afetar os fluxos de capital para o País e contribuir para a desvalorização do real.

O Citigroup avalia que a nova onda de delações tem potencial para “chacoalhar” o ambiente político em Brasília e atrasar a reforma da previdência, além de afetar a atividade econômica.

O diretor do banco responsável por mercados emergentes, David Lubin, disse que os recentes indicadores econômicos decepcionaram. Entre eles, o PIB do terceiro trimestre mostrou a sétima queda consecutiva, recuando mais 0,8%.

“A questão essencial para o Brasil é voltar a crescer”, disse o responsável pela América Latina na gestora Schroders Investment Management, Jim Barrineau. Só uma expansão mais robusta do PIB, acima de 2% ao ano, ajudaria a reunir capital político para que reformas necessárias sejam feitas. Para o gestor, a política populista no Brasil fracassou em estimular a atividade econômica e agora é preciso fazer ajustes importantes.

Apesar do aumento do risco político e de indicadores fracos, o gestor da BlackRock, Pablo Goldberg, avalia, que o Brasil está em melhor posição do que há um ano.

Já ocorreram dois cortes de juros pelo BC e a proposta de PEC que estabelece um teto para os gastos públicos foi aprovada em primeiro turno no Senado. “O Brasil começou a se mover em um ambiente político muito difícil para resolver essas questões, mas está se movendo na direção certa.”

No cenário externo, ainda há considerável incerteza sobre como deve ser o governo de Trump, mas a expectativa é que será um período marcado por juros altos e dólar valorizado, o que é um ambiente negativo para emergentes, como o Brasil, avalia o chefe de pesquisa econômica do Barclays, Christian Keller.

Recessão é forte para até economia subterrânea

05/12/2016 – Tribuna PR

Em épocas de vacas magras, quando as empresas demitem, as pessoas procuram na economia informal, também chamada de subterrânea, uma alternativa para sobreviver. Com isso, a informalidade aumenta rapidamente. Mas, desta vez, esse lado da atividade está avançando a passos de tartaruga.

Pelo segundo ano consecutivo, a fatia da economia informal em relação ao Produto Interno Bruto (PIB, a soma de toda a riqueza gerada no País) deve crescer apenas 0,1 ponto porcentual.

Em 12 meses até junho, a economia informal correspondeu a 16,3% do PIB, ante 16,2% no ano anterior e 16,1% em 2014, segundo o Índice de Economia Subterrânea (IES), calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV) em parceria com o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO). "A economia subterrânea não cresceu em ritmo mais acelerado por causa da dimensão da crise atual", observa o presidente executivo do ETCO, Edson Luiz Vismona.

O economista Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador do Ibre/FGV e responsável pelo indicador, diz que a participação da informalidade no PIB poderia ter avançado mais. Mas isso não ocorreu porque a crise também está afetando os informais. "Temos uma crise brutal, da qual nem mesmo a economia subterrânea, que é mais flexível, tem escapado."

Ele observa que o fraco desempenho da economia informal no período não se deve a aumentos em mecanismos de fiscalização, como a nota fiscal eletrônica, MEIs (Micro Empreendedor Individual) e o Simples, já que esses mecanismos permaneceram nos patamares pré-crise.

No critério usado pela FGV, a economia subterrânea inclui a produção de bens e serviços não declarada ao governo para sonegar impostos e contribuições, a fim de reduzir custos.

O índice é calculado a partir de dois grupos de indicadores. Um deles é a demanda da população por dinheiro vivo, que geralmente cresce quando a informalidade aumenta, porque essa é uma forma de burlar o fisco. O outro é o trabalho informal.

No caso do trabalho informal, medido pelos sem carteira assinada, o pesquisador ressalta que esse tipo de ocupação caiu 210 mil trabalhadores em quatro trimestres encerrados em junho. Os trabalhadores com carteira registraram retração de 1,3 milhão.

O que se vê neste momento é que até o trabalho por conta própria (que não entra no cálculo do indicador, porque pode ser formal), e que tinha crescido no ano passado, está em queda este ano, com retração de 725 mil trabalhadores. "A crise está reduzindo emprego de forma geral: com ou sem carteira e acabando com os por conta própria."

Serra: política do governo é fazer concessão comercial só com reciprocidade

05/12/2016 – Tribuna PR

O ministro das Relações Exteriores, José Serra, disse na sexta-feira, 2, que o governo só vai oferecer concessões comerciais onde forem respeitados princípios de reciprocidade.

Ou seja, só realizará concessões se a contraparte oferecer uma compensação. "Esse não é um costume brasileiro, mas é um costume que temos que implantar", afirmou Serra, durante discurso em congresso promovido pela Abiquim, associação que representa a indústria de produtos químicos.

Serra deu como exemplo a negociação entre Mercosul e União Europeia, onde os europeus pedem, segundo ele, uma navegação de cabotagem mais aberta dos parceiros sul-americanos. O chanceler comentou que essa é uma área na qual é possível ceder, desde que venha algo em troca do lado europeu. "Temos que nos preparar melhor para esse tipo de batalha."

Durante o evento, Serra voltou a defender maior agressividade nos acordos bilaterais do Mercosul, assim como a remoção das 80 barreiras de comércio dentro do bloco – a “primeira tarefa” a ser feita pela união aduaneira.

A jornalista, considerou que o impasse com a Venezuela, cuja suspensão do bloco foi comunicada ontem pelos países-membro, não constituiu grande obstáculo à evolução das negociações do Mercosul. Também reafirmou que as eleições na Alemanha e na França dificultam um acordo com a União Europeia, prioridade do governo brasileiro, já no ano que vem.

Ao tratar novamente de entraves à competitividade brasileira num contexto de maior abertura comercial, Serra afirmou que, sem dinheiro, o governo tem enfrentado o problema da deficiência na infraestrutura com o programa de concessões. Também disse esperar que os juros básicos da economia, a Selic – com impacto no custo financeiro – sejam reduzidos “bastante” no médio e longo prazo.

Serra também adiantou que, após o fracasso de 50 acordos de facilitação de comércio com os Estados Unidos, a ideia da gestão Temer é selecionar dez propostas de maior viabilidade e negociar com o futuro governo americano, a ser comandado por Donald Trump a partir de janeiro.

Nissan testa no Paraná carro elétrico movido a hidrogênio e etanol

05/12/2016 – Gazeta do Povo

A união do hidrogênio e etanol para produção de energia pode baratear e popularizar a tecnologia nos veículos elétricos no país



A montadora japonesa Nissan tem uma aposta interessante quando o assunto é carro elétrico. O protótipo de um veículo movido por eletricidade gerada a partir da combinação de hidrogênio e etanol está sendo testado pela equipe de engenharia da montadora na fábrica de São José dos Pinhais, e deve chegar às ruas nos próximos anos.

O hidrogênio é considerado uma grande aposta para substituir os combustíveis fósseis e se tornar importante fonte de energia limpa para os veículos de passeio. O etanol, por sua vez, é apontado como um importante insumo na produção do hidrogênio no Brasil.

O desenvolvimento da célula a combustível de etanol está em fase de testes, conta Ricardo Abe, gerente de engenharia de produto da Nissan. “Países como o Brasil, que possuem o combustível etanol com grande disponibilidade, são territórios propícios para o desenvolvimento desta tecnologia que possui grande potencial para popularizar o uso do hidrogênio em veículos”, comenta o engenheiro, que estima lançar o carro no mercado após 2020.

Embora leve o DNA do hidrogênio e etanol em sua composição, o protótipo tem a performance de um carro elétrico, com condução silenciosa, partida linear e aceleração ativa. Equipado com a bateria do carro e-NV200, mini-van elétrica produzida em escala

na Espanha, o carro teste foi adaptado com a célula a combustível e apresenta autonomia superior a 600 km, similar aos veículos de combustão interna.

O sistema batizado pela Nissan de "Célula a Combustível E-bio" leva a tecnologia SOFC (Célula Combustível de Óxido Sólido) que se utiliza da reação de diversos combustíveis com o oxigênio, como o etanol, para produzir eletricidade. O protótipo é o primeiro no mundo a apresentar esse sistema em veículos de passeio.

Desempenho

Apesar de ter toda a pinta de carro elétrico, o protótipo não precisa ser carregado. É só passar no posto e abastecer com etanol, uma vez que esse sistema de célula a combustível garante um consumo de 20 km/l – rendimento equivalente ao do veículo elétrico e superior aos carros 1.0 com combustão interna, que varia em média de 10 a 14 km/l na cidade.

Outro benefício apresentado pela tecnologia é a possibilidade de usar o etanol diluído em água. "Enquanto o combustível etanol que abastecemos nos postos tem 7% de água, esse sistema possibilita usar até 55% de água em sua composição e apenas 45% de etanol puro", relata o engenheiro.

A grande disponibilidade do etanol, que leva a cana-de-açúcar como matéria prima, torna essa pesquisa promissora na busca por fontes limpas para a mobilidade no Brasil. Ainda assim, a tecnologia traz grandes desafios "como a redução do tamanho do sistema de célula a combustível e reformador, diminuição de custos para torná-la acessível e desenvolvimento e capacitação da cadeia de fornecedores", explica Abe.

Tecnologia inovadora

As marcas Honda e Toyota deram largada à corrida do hidrogênio nos veículos de passeio com o lançamento dos carros Clarity e Mirai no Salão do Automóvel do ano passado.

Nos dois modelos, o gás hidrogênio é comprimido em tanques, como os de GNV, instalados no carro. No protótipo lançado pela Nissan, o hidrogênio é produzido pela quebra do etanol, não sendo necessário tanques, pois ele é transformado em eletricidade que é armazenada na bateria.



Carro elétrico movido a célula a combustível de etanol

O hidrogênio é isolado, por meio da quebra da molécula do etanol no reformador, e é transformado em energia na célula a combustível. A eletricidade gerada é armazenada na bateria e é transferida ao motor.

As emissões de CO₂ do processo são neutralizadas pelo cultivo da cana-de-açúcar para a produção do etanol.

Carbono Neutro

O desenvolvimento das fontes de energia renováveis passa, obrigatoriamente, pela minimização das emissões de carbono geradas na fase de geração. A matéria prima do protótipo do carro elétrico da Nissan movido a "Célula a Combustível E-bio" é o etanol hidratado, que durante o processo de isolamento do hidrogênio no reformador acaba gerando carbono (CO₂).

Contudo, as emissões de CO₂ são neutralizadas por meio do ciclo de cultivo de cana-de-açúcar que compõe o combustível. Dessa forma, o sistema promove a neutralização dos resíduos gerados, promovendo um ciclo neutro do carbono.

Apple admite pela primeira vez plano para desenvolver carros autoguiados

05/12/2016 – Folha de S. Paulo

A Apple admitiu publicamente pela primeira vez seus planos de desenvolver carros autoguiados, com uma carta na qual insta as autoridades regulatórias das rodovias dos Estados Unidos a promover "competição leal" entre os recém-chegados à indústria automobilística e os fabricantes tradicionais.

Em uma declaração incommonmente franca que acompanhou a carta, um porta-voz da Apple confirmou o trabalho da empresa quanto a sistemas autônomos que poderiam ser usados para transformar "o futuro dos transportes".

A carta da Apple ressalta os "significativos benefícios sociais dos veículos automatizados", que ela descreve como uma tecnologia capaz de salvar vidas, dado o potencial de prevenir milhões de colisões de carros e milhares de mortes a cada ano. A carta foi assinada por Steve Kenner, diretor de integridade de produtos da Apple, e enviada em 22 de novembro.

A revelação destaca até que ponto a Apple pode enfrentar dificuldades para manter o segredo pelo qual é notória no desenvolvimento de novos produtos, agora que está ingressando em mercados altamente regulamentados, como os de transporte e saúde. Centenas de funcionários da Apple vêm trabalhando em um carro elétrico há mais de dois anos, disseram pessoas familiarizadas com o projeto.

O jornal "Financial Times" reportou, em fevereiro do ano passado, sobre o laboratório secreto de pesquisa, que fica em Sunnyvale, perto da sede da empresa em Cupertino, Califórnia.

Desde então, a despeito de vazamentos de informações sobre o progresso ocasionalmente difícil do projeto, os executivos da Apple vinham se recusando a admitir que a iniciativa automobilística da empresa existia.

Será mais difícil para a empresa manter essa posição depois da publicação da carta que ela enviou à Administração Nacional de Segurança no Tráfego Rodoviário (NHTSA) dos Estados Unidos, como parte do diálogo regular entre a agência fiscalizadora e a indústria quanto às regras para tecnologias em rápido desenvolvimento.

"A Apple usa aprendizado mecânico para tornar seus produtos e serviços mais inteligentes, e mais pessoais", escreveu Kenner. "A companhia está investindo pesadamente no estudo de aprendizado mecânico e automação, e está empolgada sobre o potencial dos sistemas automatizados em muitas áreas, entre as quais o transporte".

Mais adiante ele propõe salvaguardas para a privacidade dos consumidores, e compartilhamento de dados mais frequente entre os fabricantes, para promover a segurança, e faz considerações éticas quanto ao impacto dos carros autoguiados sobre o emprego e os espaços públicos.

A carta se seguiu a uma mudança recente de prioridade na Apple, rumo ao desenvolvimento de sistemas autônomos que sirvam de base a um carro, depois que Bob Mansfield, um veterano da empresa, foi apontado para o comando do projeto automotivo, alguns meses atrás, de acordo com pessoas informadas sobre o assunto. Um porta-voz da Apple confirmou a carta, que oferece a mais clara declaração até o momento sobre as intenções da companhia.

"Nós encaminhamos comentários à NHTSA porque a Apple está investindo pesadamente em aprendizado mecânico e sistemas autônomos", disse o porta-voz da Apple. "Existem muitas aplicações potenciais para essas tecnologias, entre as quais o futuro dos transportes, e por isso queremos trabalhar com a NHTSA para ajudar a definir as melhores práticas para o setor".

A despeito de seu foco atual nos sistemas que embasariam um veículo autoguiado, a carta deixa em aberto a possibilidade de que a Apple vá adiante e projete e produza um carro por conta própria, em lugar de apenas fornecer tecnologia a um fabricante estabelecido.

"Para maximizar os benefícios de segurança dos veículos automatizados, encorajar a inovação e promover a competição leal, os fabricantes estabelecidos e os novos ingressantes deveriam ser tratados igualmente", a Apple afirmou na carta.

Além de criar um campo de jogo nivelado para os recém-chegados do Vale do Silício que podem se ver competindo com as montadoras tradicionais de Detroit, os novos regulamentos deveriam possibilitar testes mais rápidos de novos desenvolvimentos tecnológicos, propõe a carta.

A espera de autorização das autoridades regulatórias a cada nova versão de uma tecnologia alonga em meses o processo de desenvolvimento.

Em um dos trechos mais controversos da carta de cinco páginas, a Apple diz que os fabricantes deveriam compartilhar dados, ao desenvolverem sistemas automatizados, para ajudar na identificação generalizada de uma ampla gama de situações incomuns ou "casos limite" que carros podem encontrar nas estradas.

"As empresas deveriam compartilhar cenários sem identificação precisa e dados dinâmicos de colisões e quase acidentes", escreveu a Apple. "Ao compartilhar dados, o setor criará conjuntos de dados mais abrangentes do que aqueles que qualquer companhia poderia criar sozinha".

No entanto, ela acrescentou que "o compartilhamento de dados não deve ocorrer em detrimento da privacidade".

A Apple instou a agência regulatória a continuar a "exploração ponderada das questões éticas" associadas a carros autoguiados.

"Porque os veículos automatizados prometem impacto humano tão amplo e profundo, as empresas deveriam considerar as dimensões éticas deles em termos igualmente amplos e profundos", a Apple escreveu.

Essas considerações incluem privacidade, a forma pela qual os sistemas de software dos carros tomam decisões e o impacto sobre o emprego e os espaços públicos, afirmou a empresa.

Os especialistas estão divididos e não sabem se carros autoguiados causarão imensos congestionamentos ou esvaziarão as ruas, e sobre até que ponto eles livrarão espaços urbanos usados como garagens e estacionamentos para a construção de mais moradias ou parques.

A automação de empregos como os dos taxistas e caminhoneiros pode elevar o desemprego entre os trabalhadores de baixa capacitação, alguns analistas alertaram.

Brasil não encontra saída para a recessão

05/12/2016 – Gazeta do Povo

Resultado do terceiro trimestre do PIB frustra expectativas de melhora imediata da economia. País está sem "motor de arranque" para voltar a crescer



Quem acreditou no sinal de melhora da economia que apareceu no segundo trimestre se decepcionou com a queda de 0,8% do PIB de julho, agosto e setembro, divulgado nessa semana pelo IBGE. A retração desta vez afetou todos os indicadores que compõem a atividade.

O comércio exterior, apontado como uma das saídas para a crise, arrefeceu diante da queda do dólar. O consumo das famílias acumula sete quedas seguidas e continua pressionado diante do desemprego persistente, queda na renda e retração no crédito. Ao mesmo tempo, a insegurança emperra investimentos e gastos do governo, principalmente atrelados às concessões.

A maior queda registrada no terceiro trimestre vem dos investimentos (-3,1%). Entre as 12 atividades da economia, somente duas tiveram alta em relação ao período anterior: extrativa-mineral (3,8%) e serviços de informação (0,5%).

Não há sinal de recuperação na indústria (-1,3%), serviços (-0,6%) ou agropecuária (-1,4%). Agora é a vez das projeções para a retomada do ano que vem derreterem. Há analistas, como os do Bradesco, que revisaram o PIB de 2017 de 1% para 0,3%. Afinal, de onde virá a força para a retomada da economia?

INVESTIMENTOS

O resultado positivo de 0,5% dos investimentos no segundo trimestre alimentou as expectativas mais otimistas de que a economia brasileira estava voltando a crescer. Embora ainda estivesse abaixo da média, a confiança de empresários e investidores deu sinais de melhora.

Na época, a alta se dava, principalmente, pelas perspectivas de que o governo do então presidente interino Michel Temer reverteria os efeitos da crise com a condução de reformas que controlariam os gastos descontrolados do governo. Porém, o novo governo enfrentou um agravamento da crise política, que culminou com a saída de ministros envolvidos em denúncias.

O fator político e a agenda de ajustes andando mais devagar emperraram a atividade econômica. A verdade é que confiança e otimismo não são suficientes para fazer a atividade voltar a crescer. "O que determina a realização de investimentos, além da taxa de juros, é o retorno do capital frente a demanda agregada futura, esperada no

momento de realização dos investimentos. E, ainda seguimos com forte tendência de queda na renda dos trabalhadores, que por sua vez contrai a demanda. Simultaneamente, o crédito segue restritivo, postergando a retomada mais intensa da atividade”, avalia a equipe de economistas da Parallaxis Consultoria.

CONSUMO DAS FAMÍLIAS

O consumo das famílias, que nos anos de governo do PT contribuiu bastante com o crescimento do PIB, completou neste terceiro trimestre o sétimo período de queda (-0,6%).

É a primeira vez que isso acontece desde o início da série histórica em 1996. O gasto das famílias sofre muita influência de outros fatores - como inflação, emprego, renda, juros e crédito -, e cenário não é favorável para ele voltar a subir.

O mercado de trabalho continua deprimido, com 12 milhões de brasileiros desempregados. A inflação, embora tenha arrefecido, permanece alta. Assim como os juros, que têm influenciado negativamente a tomada de crédito para pessoas físicas, tornando negativas as taxas do ano.

O cenário de deterioração da economia mantém em 23,4% o índice de consumidores inadimplentes em novembro, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Destes, 9,1% não tem como pagar as dívidas. Entre as famílias, 21,3% têm mais da metade da renda comprometida com o pagamento de dívidas.

GASTOS DO GOVERNO

O consumo do governo recuou 0,3% no terceiro trimestre. Sem capacidade de investir e com a crise nos estados se aprofundando, o governo federal tem nas renovações antecipadas de concessões o caminho mais rápido para empurrar o crescimento. Até agora, pouca coisa andou, mas há dez dias o governo Temer finalmente publicou a medida provisória que promete destravar o setor.

O texto permite a resolução de pendências de concessões antigas e vincula as renovações antecipadas a investimentos por parte das concessionárias. A MP também é a principal aposta do governo para emplacar novos projetos.

Apesar das boas perspectivas, há uma insegurança em relação às regras das novas concessões, principalmente ao financiamento. Além disso, o Tribunal de Contas da União tem tomado uma série de decisões contrárias às renovações antecipadas, justificando irregularidades nos processos.

COMÉRCIO EXTERIOR

A redução registrada no comércio exterior no 3º tri foi de -2,8% nas exportações e recuo de 3,1% nas importações. A diferença entre o valor embarcado de produtos brasileiros ante o que foi comprado no exterior é um dos fatores que impediu a retração mais forte no PIB no terceiro trimestre.

Os números se devem se devem principalmente à valorização do dólar em comparação ao real no período. Apesar disso, as vendas de produtos brasileiros ao exterior vêm crescendo a taxas menores, enquanto as importações também vêm caindo em menor ritmo.

“As exportações em quantum têm caído nos últimos meses e a sua contribuição para o PIB deve continuar em terreno negativo no quarto trimestre, salvo forte melhora nos dados de dezembro”, analisam os economistas do Bradesco.

Queda intensa

A economia brasileira continuou encolhendo em julho, agosto e setembro deste ano, reforçando a previsão de que a recuperação da atividade, quando ocorrer, será mais

lenta do que se esperava. Nenhuma das áreas que compõem o PIB mostrou que será a força para a retomada da economia

Composição do PIB brasileiro



Consumo das famílias



Consumo do governo



Investimentos



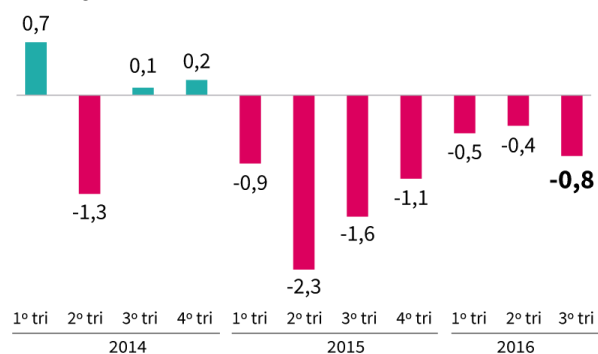
Exportações



Importações

Variação trimestral do PIB brasileiro

Em %



Fonte: IBGE. Infografia: Gazeta do Povo.

Sindicatos suspendem negociação com Petrobras contra redução da jornada

05/12/2016 – Bem Paraná

A FUP (Federação Única dos Petroleiros) decidiu suspender as negociações com a Petrobras sobre o reajuste salarial para pressionar a empresa a recuar na proposta de redução de jornada.

Em reunião com a categoria nesta semana, a estatal ampliou a proposta de reajuste e recuou no corte do valor pago às horas extras. Mas manteve a oferta de redução da jornada em até 25% com corte equivalente no salário, alegando que é do interesse de "importante parcela dos empregados". De fato, há um grupo de trabalhadores da área administrativa mobilizado em favor da medida.

Para os sindicatos, porém, a proposta é "um cheque em branco" e poderia se transformar "em uma ferramenta de gestão para assediar, punir e até mesmo demitir trabalhadores". As negociações para o reajuste salarial dos petroleiros foram iniciadas em setembro.

Desde então, a Petrobras já melhorou sua proposta duas vezes. A última oferta é de reajuste de 6% retroativo a setembro mais 2,8% a partir de fevereiro. Na quinta (1º), o conselho deliberativo da FUP definiu que os sindicatos filiados só levarão a proposta para assembleias caso a redução da jornada seja enviada para discussão em comissão interna que trata de regimes de trabalho.

Os sindicatos têm ameaçado iniciar uma greve desde o início das negociações, mas perderam apoio entre os trabalhadores.

Sindicato negocia novas linhas de usinagem na GM de SJC

05/12/2016 – DCI

São Paulo - O sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos (SP) e região negociou com a General Motors (GM) a abertura de duas novas linhas de usinagem no complexo para a produção de motores a diesel, que equipam a picape S10.

Segundo o secretário-geral do sindicato, Renato Almeida, serão 200 contratações temporárias, mas que têm grandes chances de se tornarem efetivas. "Este é o terceiro acordo celebrado com a empresa só neste ano", disse.

O dirigente conta que a GM comprava motores a diesel da MWM, mas agora passará a produzir o componente na planta do interior de São Paulo a partir de março de 2017. Almeida acrescenta que, só neste ano, as exportações da S10 cresceram cerca de 20% em relação ao ano passado e atendem países como México, Argentina e Uruguai.

No complexo, além da S10 são produzidos o modelo TrailBlazer, transmissões e motores flex. Com o acordo, agora a montadora poderá fabricar motores a diesel, que correspondem quase a totalidade da produção da picape no País, informa Almeida.

Há alguns anos, o sindicato de São José vem travando diversas disputas com a montadora para impedir demissões. Procurada, a GM não respondeu à reportagem.

Governador do Paraná anuncia adesão ao pacto nacional de ajuste fiscal

05/12/2016 – Bem Paraná

O governador Beto Richa anunciou nesta sexta-feira (02), em Foz do Iguaçu, a adesão do Paraná ao pacto nacional para o equilíbrio das contas públicas. Trata-se de um acordo firmado entre Estados e a União que estabelece uma série de princípios e compromissos para a redução das despesas do setor público.

"O Paraná já deu exemplo para o Brasil ao se antecipar à crise e fazer seu ajuste fiscal. Agora, damos mais esta contribuição ao País. Defendemos que todas as instâncias de governo devem se adequar a uma nova realidade", disse Richa durante reunião com a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, que fez palestra no encontro de prefeitos paranaenses, em Foz.

Ana Paula, que foi secretária da Fazenda do Espírito Santo, reconheceu o trabalho feito no Paraná para manter as contas em equilíbrio e destacou que o Estado está com seu processo de ajuste bastante avançado em relação aos demais estados brasileiros.

"O Paraná fez a correção de rota no tempo certo e isso deixou o Estado em pé, mas não sem custos políticos", disse ela.

A secretária do Tesouro afirmou que o novo pacto nacional é importante para reduzir o déficit das contas públicas. Segundo ela, o governo federal não pretende elevar a carga tributária e o caminho mais adequado para enfrentar as dificuldades de caixa são medidas de contenção de gastos de médio e longo prazos.

"O desafio é instituir uma nova disciplina para os gastos públicos. Para isso temos que ter um diálogo franco com a sociedade", afirmou Ana Paula.

05/12/2016 – Folha de S.Paulo

Uma ala do governo Michel Temer decidiu elaborar um conjunto de "medidas microeconômicas" para submetê-las ao presidente como forma de tirar o país da recessão e também como reação ao aumento da tensão política no país, com reflexo nas ruas.

Um assessor presidencial disse à **Folha** que as medidas não serão contra a política de ajuste fiscal do ministro Henrique Meirelles (Fazenda), mas um complemento para fazer a transição até que as reformas estruturais tenham efeito na economia.

A decisão de elaborar as medidas voltadas para estimular o consumo de empresas e pessoas físicas foi tomada diante da piora do clima político, social e econômico nesta reta de final de ano, o que não estava dentro das expectativas do governo.

"A piora de hoje compromete o amanhã, por isso não podemos ficar acomodados aguardando os resultados das reformas fiscais", resumiu um assessor presidencial envolvido nas discussões.

As ações não podem envolver, segundo esse auxiliar, desonerações de impostos nem liberação de crédito subsidiado, ao estilo Dilma Rousseff, porque isso seria "puxar o tapete" de Meirelles.

Elas podem envolver a liberação de recursos do FGTS e ações para que empresas e pessoas físicas possam refinanciar e reestruturar definitivamente seu endividamento, acabando com a atual crise de crédito na economia.

TOTAL APOIO

Dentro do governo, Temer passou o recado de que qualquer estudo de ações voltadas para o consumo não pode representar enfraquecimento do ministro da Fazenda, que segue com seu apoio total.

Em almoço na semana passada, Temer, ao lado de Meirelles, fez um discurso afinado com seu ministro, de que não há espaço para medidas mágicas na economia.

Depois desse encontro com Meirelles, porém, a pressão interna por iniciativas para impulsionar a economia cresceu, principalmente diante da avaliação de que o governo precisa reagir para sair das cordas imediatamente.

Dentro do governo, a equipe de Meirelles diz que ele enfrentou situações semelhantes quando era presidente do BC no governo Lula. E que, apesar das pressões, manteve seu plano de voo.

Depois, dizem assessores, críticos reconheceram que a política monetária funcionou e o país voltou a crescer forte.

Nesse cenário, passou a circular a informação de que o PSDB cobra ações de impacto imediato na economia. Em reação, Temer disse que sempre conversa com os tucanos, inclusive ouvindo sugestões de Armínio Fraga, mas que isso não significa uma perda de poder de Meirelles.

JUROS

Em outra frente, o Planalto tem a expectativa de que, no início do próximo ano, o BC comece a acelerar o corte na taxa de juros.

O problema, destacam assessores, é que, mesmo que o ritmo de redução dos juros seja acelerado, seus efeitos sobre a economia demoram de seis a nove meses. O mesmo acontece, lembram, com as reformas estruturais.

Daí a necessidade de tentar adotar um cardápio de medidas para tirar o país da recessão.

Brasileiro pode empobrecer por 4 anos consecutivos pela primeira vez

05/12/2016 – Folha de S.Paulo

A renda média do brasileiro corre o risco de cair por inéditos quatro anos consecutivos se o crescimento do país em 2017 for muito baixo.

Segundo projeção do Bradesco, a economia deverá se expandir 0,3% no ano que vem. Caso esse cenário se concretize, o PIB per capita encolherá perto de 0,5%, de estimados R\$ 28.064, em 2016, para R\$ 27.934, em 2017 (descontada a inflação). O cálculo da instituição considera um aumento de 0,8% da população no próximo ano.

A renda per capita é considerada medida importante da trajetória de prosperidade ou empobrecimento de um país por mostrar o quanto sua produção evolui em relação ao número de habitantes.

O PIB pode crescer a um ritmo que parece elevado, mas que, na prática, é insuficiente para aumentar a riqueza média da população, caso ela esteja se expandindo ainda mais rapidamente.

Em 2014, a economia teve crescimento modesto de 0,5%, mas o PIB per capita encolheu 0,4% por causa da expansão populacional de 0,9%.

Desde então, com a recessão, a renda média vem encolhendo mais de 4% ao ano. A expectativa era que essa tendência fosse revertida em 2017, com uma expansão da economia próxima a 1%.

Mas indicadores recentes mostram que a saída da recessão deve ser mais lenta do que o esperado, o que pode fazer o PIB crescer menos e levar a uma nova contração da renda por habitante.

Segundo os dados do Bradesco, se isso ocorrer, será a primeira queda do PIB per capita por quatro anos seguidos desde, pelo menos, 1901, com um recuo total de 9,5% no período (descontada a inflação).

Esse resultado ainda seria menor que a diminuição de 12,6% da renda média do brasileiro durante a recessão que se estendeu entre 1981 e 1983.

SENSAÇÃO PIOR

Mas a sensação negativa da crise atual para a população pode estar sendo mais intensa porque o recuo da renda foi acompanhado por um salto forte e rápido do desemprego. Entre 1981 e 1983, a taxa de desocupação passou de 5,6% para 6,4%, ante um aumento de 6,8% para 11,8% nos últimos dois anos.

"Tivemos um aumento significativo da parcela da população economicamente ativa que simplesmente deixou de receber salário, o que é ainda pior que ganhar relativamente menos", diz Igor Velecico, economista do Bradesco.

Para José Márcio Camargo, professor da PUC-Rio e economista-chefe da Opus Investimentos, o grande aumento da desocupação em um período muito curto de tempo é, em parte, explicado pela subida contínua do salário mínimo nos últimos 15 anos.

"O mínimo ficou muito alto em comparação à renda média do país. Isso tem reduzido ainda mais a demanda por trabalho, empurrando as pessoas para o desemprego ou a informalidade", diz.

OUTROS DADOS

Além de a oscilação do PIB per capita ser um indicador importante, seu patamar em termos absolutos possui ligação com medidas de desenvolvimento, como a qualidade da educação e da saúde.

Mas há outros dados que precisam ser considerados. O Brasil, por exemplo, tem um nível de renda considerado médio, mas um grau de desigualdade ainda alto entre as pessoas.

Essa disparidade caiu na última década, mas a crise praticamente freou esse processo. Segundo o economista Marcelo Neri, professor da FGV, o brasileiro está devolvendo parte dos ganhos de renda que teve nos anos anteriores à recessão.

'Risco de economia permanecer estagnada é visível a olho nu', diz presidente do IBGE

05/12/2016 – Folha de S.Paulo



Os números mais recentes da economia confirmam que o país continua em profunda recessão. Para o presidente do IBGE, o economista Paulo Rabello de Castro, 67, crescer 1% no ano que vem ainda será pouco.

Estatisticamente, o número voltará ao terreno positivo, mas o estrago em termos de emprego e renda ainda terá uma resposta fraca.

Castro concedeu esta entrevista antes da divulgação do PIB, na quarta (30). Segundo ele, a análise se baseia em dificuldades observáveis a olho nu.

"Nós não conseguimos fazer o time jogar bem", disse ele, sobre as forças produtivas do país. "As empresas entram mal em campo, as pessoas são desempregadas. Todos ficam desesperançados, a produtividade geral cai e o governo gasta demais."

O quiproquó político só aumenta a tensão, diz o aliado de Michel Temer, que chegou à presidência do IBGE com a ascensão do atual mandatário.

"A pior coisa que poderíamos enfrentar hoje é um novo estado de desconfiança em relação à figura do presidente da República."

Folha - Em que estágio estamos nesta recessão?

Paulo Rabello de Castro - Ainda estamos regredindo. E, se olharmos à frente, vemos projeções menos favoráveis do que há seis meses.

À medida que os meses de 2016 foram avançando, foi ficando claro que a reversão do processo recessivo será mais lenta e mais penosa, do ponto de vista do que mais nos interessa, que é a recuperação do emprego. Portanto, o quadro não é bom.

A recessão vai se estender até 2017?

Essa recessão é um bicho diferente, que deveria suscitar um debate especial. Porque algo de muito ruim pode estar acontecendo na configuração das forças produtivas, uma disfuncionalidade entre os fatores de produção.

Nós não conseguimos fazer esse time jogar bem. Veja a seleção brasileira, uma rearticulação na cabeça do técnico fez emergir com os mesmos jogadores um outro time. Esse é o milagre que eu esperaria do governo. Não podemos trocar os jogadores. Algo há de errado na disposição desse time.

As empresas entram mal em campo, as pessoas são desempregadas. Todos ficam desesperançados, a produtividade geral cai e o governo gasta demais, cobrando de todos para cobrir a ganstança.

Enquanto isso, outro grupo de teorizadores diz que, para que o mundo não caia sobre nossas cabeças, temos que praticar a taxa de juros mais elevada do mundo, pois esse é o remédio universal. Para mim, isso e tratamento numa clínica vodu são o mesmo.

A culpa é dos juros do Banco Central?

É uma abordagem estrutural, que existe praticamente desde a estabilização [em 1994]. A taxa de juros é um remédio muito sério, que deveria ser usado por um período intensivo e muito curto. Não por décadas seguidas. O resultado é que, de 1999 até hoje, a dívida pública está quase duas vezes superior ao que poderia estar se estivéssemos praticando uma taxa de juros neutra.

Isso sustenta um rentismo financeiro e faz com que a sociedade precise ser reeducada para o compromisso de trabalhar. Trabalho no Brasil é opção de último caso. As filas preferenciais são as do subsídio e as do privilégio.

Há risco de sairmos da recessão e ficarmos presos a uma estagnação?

Esse risco é visível a olho nu. O desafio é enorme. São dificuldades internacionais e domésticas. Portanto, minha torcida pela saída da recessão fica só no plano estatístico.

Porque, se crescermos 1% em 2017, provavelmente teremos um ou dois trimestres positivos no fim do ano. Isso ensejará a saída estatística da recessão, mas não agradará, porque a resposta em termos de emprego e renda vai ser muito fraca.

Crescer 1% em 2017 é claramente insuficiente. Ficará para 2018 o hercúleo trabalho de, aí sim, demonstrar números mais parecidos com uma recuperação.

É pior que a década 1980?

Sem dúvida, porque ela é uma recessão autoinflingida. Na década de 1980, não tínhamos apenas um incômodo internacional.

Hoje o vento não está mais hiperfavorável, mas não quer dizer que o cenário seja totalmente antagônico. Em 1980 era. Estávamos afundados em uma restrição absoluta, não tínhamos dólares e tínhamos que importar petróleo. Hoje estamos em uma crise de credibilidade em razão dos nossos desajustes.

Então não é certo que haverá uma recuperação cíclica?

Não, porque por enquanto nós ainda estamos encomendando a corda para nos enforcar. E uma parte do quiproquó político ajuda nisso.

A crise política continuará afetando a economia?

Muitíssimo. A pior coisa que poderíamos enfrentar hoje é um novo estado de desconfiança em relação à figura do presidente da República. Já foi muito ruim e triste que a presidente Dilma Rousseff tenha passado pelo que passou.

Todos que temos consciência cívica lamentamos profundamente o limite a que seu governo chegou, de não conseguir nem organizar politicamente o país. De alguma forma, a organização do poder foi maltratada. Também hoje nós deveríamos evitar ao máximo contaminar a autoridade da Presidência com uma nova pauta de demolição nacional.

Por quê? Em prol da economia?

Em prol da retomada de uma ética do trabalho. Mesmo que a gente queira voltar a trabalhar, é preciso que nos organizemos. Chegará o momento, e deveria ser em 2017, em que teremos de começar a separar o pecado do pecador.

Como assim?

À medida que a lista de pecadores só faz aumentar, com as denúncias e as homologações [da Lava Jato], as repercussões que isso está tendo sobre as maiores empresas do país é absolutamente trágica.

Precisamos articular meios que transcendam os acordos de leniência, de forma que as empresas possam ir pagando pelos seus pecados, deixando o rastro do castigo e das penas para as pessoas físicas, e liberá-las para pensar em novos investimentos.

Se o presidente for afastado, mergulharemos em uma nova fase de crise econômica?

Não precisamos desse cenário. Como colaborador do presidente, torço para que tudo se esclareça favoravelmente. Se nós temos senso no Brasil, que nós nos agarremos ao presidente e dele exijamos a ampliação da pauta de refundação da república. Não temos tempo a perder.

Em meio a essas dificuldades, é possível almejar uma reforma da Previdência?

Vai ser muito difícil passar qualquer coisa que não seja o reajuste das idades. E se for [aprovado]. Vamos ampliar a idade de acesso ao benefício, ajustar a equação previdenciária, mas isso não é repactuar a Previdência. O que seria o certo a fazer.

Mas está demorando demais. Anunciar que uma tal reforma vai mexer com os direitos e não esclarecer que os "aposentáveis" não sofrem perdas em decorrência disso é grave e traz sérias consequências para nós.

No IBGE, vamos perder mais de 300 funcionários no próximo ano, devido à aposentadoria. Eles estão virando 400 em razão do lero-lero de uma Previdência que vai machucar o interesse dos aposentados.

É uma dúvida que se instalou no coração das pessoas, porque ninguém sabe qual o teor da reforma. Até a minha secretária anunciou que vai se aposentar.

Quando o sr. fala em reorganizar a economia para sair da recessão, o que seria?

A simplificação tributária poderia ajudar a desatar o nó da estagnação. O outro ponto é a gestão pública, através da criação do conselho de gestão fiscal [foi aprovado no Senado, mas tramita na Câmara]. Ele funcionaria como um complemento da PEC 241, para fazer valer a regra fiscal.

Como assim?

No dia em que se atribuir o teto do gasto, toda a administração pública vai competir por gastar mais. Quais serão os critérios que vão balizar quem deve estar na frente da fila? Esse conselho estipularia os critérios de avaliação.

O Ministério do Planejamento está empenhado neste momento em construir critérios de eficiência e aplicá-los sobre determinados programas. É um excelente começo.

Estamos fazendo isso também aqui no IBGE: elaborando uma avaliação do valor social dos trabalhos do instituto.

Mudaria a forma como o IBGE recebe recursos do governo?

Ajudaria o IBGE a fazer uma reflexão do que realmente tem mais impacto para a sociedade. Muitas das pesquisas são ancoradas apenas na tradição de fazer porque se fazia no passado.

Vai filtrar as pesquisas?

Sim, de acordo com alguns critérios. Às vezes a relevância social não se traduz por critérios monetários. Como uma pesquisa sobre o estado das prisões, que nós queremos retomar. Uma de nossas prioridades será o tema da segurança pública.

O IBGE pode fazer uma grande contribuição nas informações dessa área, que até hoje incrivelmente não são padronizadas. É possível morrer de homicídio de forma diferente em São Paulo ou na Bahia.

Como quantificar o valor das pesquisas?

Estamos tentando medir de acordo com a repercussão que tem essa estatística no planejamento das políticas públicas e das atividades empresariais. Diariamente, cerca de 400 consultas são feitas ao site do IBGE para confirmar coordenadas geográficas. Quem usa isso? Todo o mundo que está construindo. Eles pagariam por essa informação.

O IBGE vai vender informação?

Qualquer produto do IBGE, por definição, é de livre acesso. O que é passível de cobrança é a reelaboração da estatística de forma a dar respostas específicas e intensivas para determinados usuários.

Por exemplo, há dados sobre as cidades e um usuário gostaria de cruzar diferentes informações numa matriz. O IBGE não tem isso hoje. Talvez seja possível elaborar, mas isso custaria porque eu teria alguns técnicos que iriam parar para fazer isso.

Eventualmente é uma forma de desonerar a sociedade de pagar todo o custo do livre acesso e estabelecer uma discriminação entre usuários intensivos e eventuais.

Haveria pessoal no IBGE para isso?

Seria possível imaginar uma gratificação adicional para os funcionários. E, a partir desse adicional, poderíamos avançar em alta tecnologia, big data etc. Não podemos ficar dependentes de pedir 100% dos recursos para a "viúva".

Quando o sr. assumiu o IBGE, funcionários alegaram conflito de interesses. Como resolveu?

Eu não posso resolver um conflito que não existe. Qualquer cidadão que queira contribuir para o serviço público tem que deixar a gestão direta de suas atividades privadas. Eu, como tinha várias "empresocas" constituídas, tive de me desvencilhar e entregar a administração.

E o acesso a dados que poderia lhe dar informação privilegiada?

Como consultor, nunca tive a curiosidade de saber este ou aquele dado de inflação mais recente.

A menos que você esteja realizando operações financeiras... Mas eu nunca tive bancos como clientes. Assim que cheguei, me incluí na lista de restrições a todos que estão fora do IBGE [de saber dos dados duas horas antes da divulgação].

-

RAIO-X

Formação: Graduado em economia pela UFRJ (1971) e em direito pela UERJ (1971). Mestre e doutor em Economia pela Universidade de Chicago.

Atuação presidente do IBGE. É o principal acionista das empresas RC Consultores, Macroconsulting e SR Rating e da ARC Ratings. É presidente do Instituto Atlântico e coordenador do Movimento Brasil Eficiente.

Pedidos de falência crescem 11% em novembro, diz Boa Vista SCPC

05/12/2016 – G1

O número de empresas que pediram falência ou recuperação judicial aumentou de janeiro a novembro na comparação com o mesmo período do ano passado, segundo dados divulgados nesta sexta-feira (2) pela Boa Vista SCPC. Segundo a pesquisa, o aumento da quantidade de pedidos de falência no acumulado do ano foi de 11,7%. Já as requisições de recuperação judicial subiram 52,9%.

Em 12 meses, os pedidos de falência subiram 10,9%, enquanto os de recuperação judicial aumentaram 53,3%.

No entanto, a Boa Vista SCPC aponta que a tendência é de desaceleração do aumento do número de empresas que solicitam essas medidas. Porém, mesmo com o crescimento menos intenso do que o observado no começo do ano, os números acumulados devem se manter maiores do que os registrados no ano anterior.

Segundo a Boa Vista SCPC, isso aponta que os possíveis efeitos positivos da mudança de cenário econômico devem ter resultado sobre os pedidos de falência e recuperação judicial somente em 2017.

Melhora na comparação anual

Na comparação entre novembro de 2016 e o mesmo mês do ano anterior, a pesquisa mostra que houve queda na quantidade de empresas que pediu falência e recuperação judicial, com recuo de 5,1% e 31,4%, respectivamente.

Já na comparação entre novembro e outubro, houve alta de 2,7% nos pedidos de falência, enquanto as requisições de recuperação judicial tiveram queda de 15,9%.

Gasolina cai, mas segue acima da semana do 1º corte da Petrobras

05/12/2016 – G1

O preço médio da gasolina para os consumidores caiu pela terceira vez seguida na semana terminada neste sábado (3), segundo dados divulgados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP). No entanto, o valor cobrado nas bombas pelo Brasil segue levemente acima dos preços da semana em que a Petrobras fez o primeiro anúncio de corte, em outubro.

Segundo o levantamento, o preço médio calculado pela ANP foi de R\$ 3,655 por litro – valor 0,03% (ou menos de R\$ 0,001) acima da média registrada na semana terminada em 15 de outubro, de R\$ 3,654. No dia 14 de outubro, a Petrobras anunciou a primeira redução de preços dos combustíveis nas refinarias, com queda de 3,2% da gasolina.

O corte da Petrobras se refere aos preços cobrados nas refinarias, e não necessariamente reflete em redução do mesmo percentual nas bombas para os consumidores.

Na comparação com os preços da semana em que a Petrobras anunciou a segunda redução, em novembro, a queda do valor pago pelos consumidores é mais expressiva.

Na semana terminada em 5 de novembro, o preço médio por litro registrado no Brasil foi de R\$ 3,676, o que aponta que, na semana terminada neste sábado (3), houve

redução de 0,57% (ou cerca de R\$ 0,02) nos preços desde o segundo anúncio de corte da Petrobras.

A queda é menor que a projetada pela Petrobras caso a baixa anunciada fosse repassada ao consumidor. No dia 8 de novembro, a empresa anunciou redução de 3,1% no preço da gasolina nas refinarias, o que significaria queda de R\$ 0,05 no preço por litro.

Diesel e Etanol

Os preços do Diesel tiveram a quarta queda semanal consecutiva, e atingiram a média de R\$ 2,979. Em relação ao preço médio na semana em que a Petrobras anunciou a primeira redução, o valor representa recuo de 0,77% (ou cerca de R\$ 0,03). Já na comparação com os preços da semana do segundo anúncio, a baixa é de 1%.

No dia 14 de outubro, a Petrobras anunciou redução de 2,7% no preço do diesel nas refinarias e no dia 8 de novembro, de 10,4%.

O preço do etanol também terminou a semana em queda, com média de R\$ 2,811 – recuo de 0,18% em relação à semana anterior (ou menos de R\$ 0,01).

Ranking de SUVs define principais posições

05/12/2016 –Automotive Business



As **vendas** no acumulado de 2016 até novembro definem as principais posições do ano no segmento de **SUVs**, os utilitários esportivos. O Honda HR-V grudou na primeira posição, com 51,4 mil unidades e vantagem de 3,9 mil emplacamentos sobre o Jeep Renegade, vice-líder. Em terceiro lugar vem o Ford EcoSport, com 25,8 mil unidades.

Na comparação com o mesmo período de 2015 o EcoSport registrou queda de 17,8%, mas este ano terminará à frente do Renault Duster, que com 22,9 mil emplacamentos recuou 27,1%.

Com boa relação custo-benefício, o veterano Hyundai Tucson ocupa o quinto lugar do segmento. Foram 11 mil emplacamentos e alta de 7,4% sobre os mesmos meses do ano passado. O Nissan Kicks ocupa a nona posição, apesar de ter chegado à rede em agosto. Teve mais de 8 mil unidades vendidas até novembro.

Impressiona o bom desempenho do Toyota Hilux SW4 por causa da renovação de linha no primeiro bimestre. Foram 10,5 mil unidades vendidas até novembro, subindo da nona para a sexta posição e anotando alta de 27,2% na comparação com os mesmos 11 meses do ano passado. E olhe que o modelo começa em R\$ 159,6 mil.

O recém-lançado Jeep Compass começou bem. Estreou no início de novembro, foi o quarto SUV mais vendido no mês e já ocupa a 19ª posição no acumulado do ano. A renovação de linha também favoreceu o BMW X1, que registrou 3,1 mil emplacamentos e alta de 19,7%.

Subiu da 21ª para a 17ª posição no ranking. Já o Audi Q3 somou 3,7 mil emplacamentos e queda de 29,9%. Com 2,9 mil licenciamentos, o Mercedes-Benz GLA teve recuo semelhante, de 31,2%.

As vendas do Mitsubishi ASX caíram 51,5% no confronto com os mesmos 11 meses de 2015. Com 4,4 mil unidades, o SUV baixou da oitava para a 13ª posição.

General Motors pode perder até US\$ 9 mil em cada Bolt vendido nos EUA

05/12/2016 –Automotive Business



A General Motors deverá perder até US\$ 9 mil por unidade vendida do modelo 100% elétrico Bolt nos Estados Unidos. O que parece não ter lógica é o que sustenta este segmento naquele país, política criada na Califórnia, que mantém rigorosos padrões de emissões a ponto de só permitir que montadoras vendam alguns de seus veículos no mercado local.

Esta postura tem sido adotada também em outros nove estados, incluindo Nova York e Nova Jersey, e que juntos, respondem por cerca de 30% do mercado norte-americano.

Isso explica em parte porque já existem modelos sem emissões de mais de dez diferentes marcas que já estão nas ruas ou ainda por vir. A maioria ainda causa perdas a seus fabricantes, mas para os consumidores poderá significar descontos ainda maiores, uma vez que a variedade de modelos já representa competição acirrada.

“A ideia de que as montadoras vendem com prejuízo de 40% seus veículos na Califórnia é um absurdo”, afirma o presidente da CarLab, Eric Noble, e consultor da Orange, situada na Califórnia, que estima que a maioria dos carros elétricos perdem pelo menos US\$ 10 mil por unidade vendida no estado.

Contudo, a Califórnia, por ser o estado mais populoso do país exerce um poder inigualável - um em cada oito veículos novos foram patenteados lá no primeiro semestre deste ano - e as empresas vão continuar a fabricar modelos elétricos para ter o privilégio de vender o restante de suas linhas naquela região.

Por isso que a indústria está disposta a sofrer perdas de pequena escala. O elétrico da Fiat, o 500e, é fabricado exclusivamente para vendas na Califórnia. O CEO do Grupo FCA, Sergio Marchionne, chegou a dizer que em 2014 a empresa perdeu US\$ 14 mil em cada venda.

A montadora praticamente está doando o modelo, com uma tarifa de aluguel mensal a partir de US\$ 69. Por sua vez, a Nissan anunciou aluguel do seu modelo 100% elétrico Leaf por até US\$ 149.

Normas estaduais estão se tornando cada vez mais rigorosas, de modo que veículos de emissão zero terão de alcançar a fatia estimada de 15% das vendas em 2025, cerca de cinco vezes mais do que o nível atual.

Com isto, tais políticas estão forçando as empresas a serem inovadoras, avalia o analista sênior do Conselho de Defesa dos Recursos Naturais, Luke Tonachel.

“Se você deixar de ser, os fabricantes dos EUA poderiam perder participação de mercado”.

Fiat lança versão Attractive 1.0 do Grand Siena

05/12/2016 –Automotive Business



A Fiat lançou a versão Attractive 1.0 **do** Grand Siena. O carro utiliza o motor de quatro cilindros Fire Evo, que produz até 75 cavalos quando abastecido com etanol. O preço sugerido é de R\$ 43.590, que inclui ar-condicionado, direção hidráulica, vidros dianteiros elétricos, travamento automático das portas a partir de 20 km/h e computador de bordo, entre outros itens.

A lista de opcionais tem volante com regulagem de altura, vidros traseiros e retrovisores com acionamento elétrico, banco do motorista com ajuste de altura e som com comandos no volante. Além da nova versão 1.0 o Grand Siena também é vendido nas opções Attractive 1.4 Flex (R\$ 50.750) e Essence 1.6 Flex (R\$ 55.950).

A linha Siena ocupa o terceiro lugar entre os sedãs pequenos na soma dos modelos Siena e Grand Siena, com 31,1 mil unidades no acumulado do ano.

GM pode ampliar fábrica de motores em SC

05/12/2016 –Automotive Business



Logo após negociar com o sindicato a produção de motores diesel para a picape S 10 em São José dos Campos, a General Motors deve anunciar em breve a expansão de sua fábrica de motores em Joinville (SC), segundo noticiou o jornal Diário Catarinense na quinta-feira, 1º.

A GM não confirma o investimento, que de acordo com a publicação alcançaria R\$ 1 bilhão, para mais que dobrar a capacidade da planta para 280 mil unidades/ano – o potencial atual é de 120 mil motores e 200 mil cabeçotes/ano.

O jornal obteve as informações do prefeito de Joinville, Udo Döhler, que na quarta-feira, 30, recebeu a visita de Marcos Munhoz, vice-presidente da GM Brasil. Segundo Döhler, o executivo teria já mostrado o projeto da nova planta, dentro do mesmo terreno onde a fábrica já opera, e já iniciou as negociações para incluir a nova área construída na isenção de IPTU e ISS por 15 anos que foi concedida pelo município ao empreendimento.

O prefeito afirmou que todos os licenciamentos para as obras devem ficar prontos ainda neste mês de dezembro, para que a ampliação já seja iniciada em janeiro próximo.

A fábrica de motores da GM em Joinville foi inaugurada em 2013 e completará quatro

anos de operações no fim de fevereiro de 2017. O investimento inicial, anunciado pela empresa em 2012, foi de R\$ 350 milhões para construir a unidade de 500 mil metros quadrados. A planta já produziu em torno de 300 mil motores desde a inauguração e atingiu sua capacidade plena em 2015, com 121,3 mil unidades fabricadas.

França pode proibir carros a diesel da Renault e da Volkswagen

05/12/2016 –Automotive Business

A França faz ofensiva contra os carros que não cumprem o limite de emissões imposto pela legislação. A ministra do meio ambiente, Segonele Royal, declarou que pode proibir a venda de automóveis a diesel da Renault e da Volkswagen se as montadoras não derem explicações mais claras sobre o controle de poluentes de seus veículos.

“Nós pedimos aos investigadores e promotores que nos comuniquem qualquer descoberta que seja motivo para que as vendas destes carros sejam banidas do país”, declarou recentemente.

A Volkswagen foi a primeira empresa a admitir fraude nos motores a diesel. A montadora assumiu ter burlado as regras de emissões ao vender 11 milhões de veículos mais poluentes do que o permitido. Já a Renault passou a ser investigada recentemente.

A empresa nega ter adotado qualquer postura ilegal para driblar o controle de emissões. Ainda assim, medições feitas por autoridades europeias indicam que os carros a diesel da marca poluem mais ao rodar em condições reais do que nos testes em laboratório.

A desconfiança do governo francês em relação ao carro a diesel é anterior ao escândalo que começou com a Volkswagen. Ainda em 2014 autoridades do país chegaram a declarar que a tecnologia seria um erro e que tinham a intenção de reduzir progressivamente a presença destes modelos nas vendas locais.

Confiança de serviços do Brasil tem em novembro nível mais baixo em 3 meses, mostra PMI

05/12/2016 – Reuters Brasil

As expectativas das empresas de serviços no Brasil atingiram em novembro o nível de otimismo mais baixo em três meses devido à situação econômica frágil que afeta o país, em meio a nova queda na entrada de novos negócios, apontou a pesquisa Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) nesta segunda-feira.

O índice chegou a melhorar no mês passado para 44,4 ante 43,9 em novembro, de acordo com o IHS Markit, mas permaneceu em território de contração pelo 21º mês seguido.

Em novembro o PMI Composto do Brasil chegou a subir a 45,3 sobre 44,9 em outubro, mas permaneceu em território de contração.

"Os dados do PMI Composto para o quarto trimestre indicam até agora nova contração do PIB, dando continuidade à contração da economia do Brasil", disse a economista do IHS Markit Pollyanna de Lima, em nota.

As empresas de serviços permaneceram em geral otimistas para a atividade em um ano, porém o sentimento positivo foi o mais fraco em três meses, ligeiramente abaixo da média de longo prazo.

De acordo com o IHS Markit, alguns dos entrevistados citaram que o ambiente econômico continua sendo um fator de pressão. As empresas que preveem elevação da atividade, por outro lado, citaram a estabilidade política e expectativas de novos projetos no futuro.

O cenário enfrentado pelas empresas de serviços em novembro foi de queda no nível de novos negócios diante da fraqueza da demanda. Houve declínios nos subsetores de Transporte e Armazenamento e de "Outros" Serviços, porém crescimento em Intermediação Financeira, Hotéis e Restaurantes, Correios e Telecomunicações, e Aluguéis e Atividades de Negócios.

O volume de produção apresentou queda em cinco dos seis subsetores monitorados, sendo a exceção Hotéis e Restaurantes.

Com as necessidades de produção mais baixas e dificuldades de fluxo de caixa, o ritmo de cortes de empregos permaneceu forte, embora tenha atingido o nível mais fraco desde janeiro.

Já os preços de insumos aumentaram de forma acentuada em novembro, com destaque mais uma vez para Hotéis e Restaurantes. Apesar disso, os preços cobrados foram reduzidos pelo oitavo mês devido às pressões competitivas.

Futuros do aço e minério de ferro fecham abaixo das máximas na China

05/12/2016 – Inda

Os contratos futuros do minério de ferro e do aço na Ásia devolveram fortemente ganhos nesta sexta-feira, com o minério fechando estável após mais uma sessão volátil, característica do mercado de metais neste ano, conforme investidores especulativos buscam retornos rápidos e elevados.

O sobe e desce dos preços futuros do minério de ferro levou a fortes variações também no mercado físico, que na quinta-feira subiu quase 9 por cento, depois de cair 7 por cento na quarta-feira.

"Claramente a atividade especulativa nos mercados futuros está tendo um impacto no mercado físico", disse o estrategista de commodities do ANZ Bank, Daniel Hynes.

"Eu acho que os operadores estão lutando para ter um senso de onde estão as coisas no mundo físico", disse.

O contrato mais negociado do minério de ferro na bolsa de Dalian fechou em alta de 0,2 por cento, a 574 iuanes (83 dólares) a tonelada, após chegar a subir 5,1 por cento no início da sessão e cair até 4,3 por cento durante a tarde.

Os futuros do minério haviam subido 5 por cento na quinta-feira, depois de cair 8 por cento nos dois dias anteriores. Na semana, eles perderam 5 por cento.

O vergalhão de aço na bolsa de Xangai subiu 1,3 por cento, para 3.126 iuanes por tonelada, após subir quase 5 por cento mais cedo e chegar a cair até 2,5 por cento. O material ganhou 4,8 por cento na quinta-feira após cair quase 7 por cento na terça e quarta-feira.